

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA DE 04 DE SETEMBRO 2007**, realizada na sede do
2 CMDCA com início às 15:45 horas com a presença dos Conselheiros titulares Jairo Pereira
3 Leite, Lígia Costa Kaysel, Lilia Maria Camargo Abdo, Maria Aparecida M. S. de Lima (Marici),
4 Lincoln César Moreira, Neiva dos Santos Toledo, Maria Nildes S. Nascimento sendo justificado
5 que a Conselheira Titular Fernanda Haddad encontra-se em férias, dos Conselheiros suplentes,
6 Janete Valente (que assume a titularidade, uma vez que a titular Lígia Kaysel não estava presente
7 no início da reunião, Sonia Regina Ferraro Santos. Participam também os convidados
8 registrados em livro próprio. Registramos também a presença da Sra. Maria Helena Oscar,
9 secretária do CMDCA. A reunião foi presidida por Jairo Pereira Leite, Presidente do CMDCA
10 que dá início à discussão: **1º PONTO DE PAUTA - Aprovação e Atas:** retirado de pauta por
11 não ter havido tempo hábil para encaminhar aos conselheiros para leitura e retificação. **2º**
12 **PONTO DE PAUTA - Eleição do 1º Tesoureiro:** o presidente coloca a matéria para o
13 colegiado e solicita candidaturas espontâneas, o que não ocorre. A seguir faz o convite aos
14 Conselheiros Lincoln que não aceita. Consulta a conselheira Maria Moura que também não se
15 coloca à disposição. Os demais conselheiros presentes também não aceitaram e o cargo
16 permanece vago. O Presidente Jairo alerta, pois se houver qualquer eventualidade com o 2º
17 tesoureiro, conselheiro Márcio, as liberações do FMDCA poderão ficar prejudicadas. A
18 conselheira Lilia se coloca de maneira firme entendendo não ser aceitável tal situação e chama à
19 responsabilidade os conselheiros presentes. **3º PONTO DE PAUTA - Destinações Eventuais**
20 **mês de Julho/2007 Protocolo do CMDCA 758/07:** o Presidente Jairo faz a leitura das
21 destinações na ordem de R\$11.503,00. Aprovado e Deliberado pelo colegiado, sendo
22 encaminhado para elaboração de ofícios de liberação. **4º PONTO DE PAUTA – Protocolo**
23 **CMDCA 800/07:** - solicitação de alteração de Plano de Aplicação SOS.Ação Mulher Família.
24 Matéria aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes, sendo proclamado o seguinte
25 resultado 07 votos favoráveis-Jairo, Nildes, Marici, Lilia, Lincoln, Sônia e Janete. **5º PONTO DE**
26 **PAUTA: Liberação de adiantamento de R\$1.000,00 para o CMDCA:** A matéria é colocada
27 em votação e aprovada pelos conselheiros presentes com abstenção dos conselheiros Lincoln,
28 Maria Moura e Maria Nildes. **6º PONTO DE PAUTA: Liberação de ECAS: 6.1. Protocolo**
29 **CMDCA-742/07-CEAMO:** 200 exemplares. Aprovado por unanimidade pelos conselheiros
30 presentes: Maria Nildes, Marici, Lincoln, Jairo, Sonia, Janete, sendo proclamado o seguinte
31 resultado: 06 votos favoráveis. **6.2. Protocolo - CMDCA 762/07, 350 ECAS para a**
32 **Conferência Regional da Criança e do Adolescente ocorrida em Itaiçi.** A liberação ocorreu
33 com antecedência, e neste ato o Colegiado referenda a liberação por unanimidade, sendo
34 proclamado o seguinte resultado: **07 votos favoráveis** - Lilia, Maria Nildes, Marici, Jairo,
35 Lincoln, Sonia, Janete. **6.3. Protocolo CMDCA 808/07 – CEMEI Margarida Maria Alves,**
36 **300 cartilhas VDCCA:** expediente encaminhado para a Comissão de Violência Doméstica para
37 análise. **7º PONTO DE PAUTA – Protocolo CMDCA 311/05, certificação definitiva-**
38 **Programa Jovem Aprendiz – Cidade dos Meninos:** o Presidente Jairo passa a palavra para a
39 Conselheira Maria Moura, Coordenadora da CJA para as devidas explicações e esclarecimentos
40 que se fizerem necessários. A Conselheira faz os comentários sobre o Programa e cita que a
41 Cidade dos Meninos está a cada dia se adaptando à Lei **10.097/00**. Na CJA, após exaustivas
42 discussões, conclui-se pela **certificação definitiva do programa junto ao CMDCA**. Na sua
43 análise, bastante qualificada traz o impacto das ações do programa junto aos jovens e quantifica
44 a colocação de muitos deles no mercado de trabalho, com todas as garantias trabalhistas mesmo
45 antes do término do processo de aprendizagem. Reforça a preocupação da Comissão em relação
46 à segurança dos jovens aprendizes em seus postos junto às empresas e cita que está adotado o
47 procedimento de emissão de laudos de Segurança do Trabalho por técnicos responsáveis da
48 área. Tais laudos passarão a compor os processos de cada Entidade junto a Comissão. A
49 conselheira Tutela Sônia Bonfante, presente na reunião, solicita esclarecimentos sobre as metas
50 de atendimento e quais cursos estão sendo realizados. O que é prontamente respondido pela
51 técnica Margareth, representante da Cidade dos Meninos e Coordenadora do referido programa,
52 que também estava presente na ocasião juntamente com o Sr. Clóvis –Diretor da referida
53 entidade. O Conselheiro Lincoln retoma a questão da entidade estar realizando o programa

54 dentro do próprio abrigo, uma vez que isso está na contra-mão do que determina o ECA. A
55 coordenadora da CJA, Maria Moura, justifica que, enquanto conselheira também compartilha do
56 mesmo posicionamento e que de fato o programa vem sendo realizado dentro do espaço do
57 abrigo, porém considera um grande avanço o fato do programa não se restringir aos abrigados e
58 que é aberto à comunidade, o que vem favorecendo a integração entre os jovens e suas
59 famílias. Informa que atualmente 90% dos usuários são da Comunidade. O Sr. Clóvis, Diretor da
60 Entidade, esclarece que o espaço de abrigamento é bastante distante dos locais onde se dá o
61 processo de aprendizagem. Lincoln coloca a particularidade de um programa de Abrigo fazer
62 profissionalização e gostaria de entender como se dão estas relações. Mantém sua posição
63 contrária e comenta não estar suficientemente esclarecido e convencido diante das
64 argumentações da Conselheira Maria Moura, e faz questão de frisar que acredita na seriedade de
65 seu trabalho. Maria Moura tece considerações em defesa do assunto, dizendo que o ECA foi
66 escrito para países de 1º mundo e que as conquistas são paulatinas e que se torna muito difícil
67 obstaculizar. Comenta também que a CJA tem encontrado dificuldades de entendimento por
68 parte dos empresários quanto ao entendimento da legislação do Aprendiz e solicita o apoio do
69 Colegiado na realização de um evento de sensibilização que a CJA está planejando para outubro
70 deste ano, com as Empresas parceiras, entidades e famílias e que a proposta de custos deverá em
71 breve ser encaminhada para análise. A conselheira Maria Nildes coloca sua posição sobre o
72 assunto e diz que a questão tem que ser revista e que não questionados avanços ocorridos na
73 Cidade dos Meninos e que comunga com a opinião do Conselheiro Lincoln e que logo mais
74 iremos voltar à mesma discussão, pois vai ocorrer o mesmo com a APOT.” Cita a fala da
75 Sra. Darci então Diretora do DGDS e agora Secretária Municipal e da Sra. Edith então Diretora
76 do DOAS, quando das discussões sobre o Lar Caminho da Verdade, que estava sendo proposto
77 o deslocamento da Cidade dos Meninos para outra estrutura e que aquele equipamento pudesse
78 ser utilizado para outras atividades na região”. “Depois se ouve que os novos abrigos que seriam
79 implantados seriam em parceria com a Cidade dos Meninos e Convívio Aparecida. Acha isso
80 um retrocesso” e que o CMDCA tem que pensar melhor na questão dos abrigos, que vem
81 crescendo cada vez mais, aumentando a sua capacidade de atendimento. Que é preciso pensar no
82 Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A Conselheira Janete faz colocações
83 sobre sua participação na Implantação do Plano Nacional e diz que é preciso reconhecer o
84 percurso e redimensionar para o futuro. O diretor da Cidade dos Meninos, Senhor Clóvis pede a
85 palavra e solicita esclarecer a Conselheira Nildes sobre a parceria com a SMCTAIS. Comenta
86 que quando o abrigo Missão Caminho Pra Liberdade fechou quem acolheu a demanda foi a
87 Cidade dos Meninos. Quando se fecha o Lar Caminho da Verdade que acolherá as meninas? E
88 que é essa a realidade de Campinas hoje! O Presidente intervém e retoma a pauta colocando em
89 votação a Certificação Definitiva do Programa de Aprendizagem Profissional realizado pela
90 entidade em tela. Aprovado, sendo proclamado o seguinte resultado: **08 votos favoráveis** -
91 Janete Sonia, Márcio, Marici, Maria Moura, Cristiane, Lilia e Jairo; **02 contrários** - Lincoln e
92 Maria Nildes, que solicita consignação de seu voto em ata com as considerações por ela já feitas
93 anteriormente e **01 abstenção** - Neiva, por comungar com Lincoln que a política de abrigos tem
94 que ser discutida. **8º PONTO DE PAUTA - Reclamação Trabalhista Lar Caminho da**
95 **Verdade:** o Presidente Jairo faz a leitura do processo no qual o Juiz do Trabalho co-
96 responsabiliza o CMDCA pelo não cumprimento do acordo por parte do Lar Caminho e lê o
97 parecer da SMAJ através da Coordenadoria Setorial de Ações de Pessoal das providências já
98 tomadas mediante intervenção da Municipalidade no processo. **9º PONTO DE PAUTA -**
99 **Protocolo CMDCA - 777/07 Instituto Souza Novaes:** comunica fechamento de unidade. O
100 Presidente faz a leitura do ofício e assunto passa a ser discutido no colegiado. A conselheira
101 Lilia comenta que já é a 2ª unidade do ISN que está encerrando as suas atividades mesmo que
102 temporariamente e não concorda com a posição da entidade de só notificar o CMDCA depois do
103 fechamento. Cita a termo de Ajuste do Co-financiamento que tem cláusula específica sobre o
104 assunto em pauta. A conselheira Maria Nildes e também funcionária da Entidade prefere não se
105 manifestar sobre o assunto. E diz que aguardava a presença do Conselheiro Tutelar Silvio que
106 iria se manifestar. Como na ocasião o mesmo ainda não estava presente e o assunto foi

107 encerrado. Quase no final da reunião o Conselheiro Tutelar se apresenta e pede retorno de pauta
108 o que após várias discussões não lhe foi concedido pelo adiantado da hora. **10º PONTO DE**
109 **PAUTA - Ofício CMDCA 161/07 de 17/08/07 que consulta SMCTAIS sobre reclamação**
110 **trabalhista de funcionária do Lar Caminho da Verdade:** o Presidente faz a leitura do ofício
111 do TRT e também do Parecer Jurídico emitido pela Procuradora Municipal Dra. Kelye Ribas
112 Machado. **11º PONTO DE PAUTA - VII Conferência Municipal e Regional dos Direitos da**
113 **Criança e do Adolescente - Avaliação e Prestação de Contas:** o Conselheiro Lincoln informa
114 que o trabalho ainda não foi concluído e comunica que dia 17/09/2007 às 14:00 horas na sede do
115 CMDCA haverá reunião da Comissão Organizadora da Conferência para avaliar todo o
116 processo. Informa aos demais conselheiros que já fez consulta ao FMDCA de como proceder a
117 prestação de contas das entidades que apoiaram a realização das conferências e informa um
118 déficit de R\$110,00 referentes às despesas não programadas (flores para agradecer a presidente
119 da AEHDA que presenteou o CMDCA com uma bandeira). A conselheira Lilia sugere que a
120 despesa deva ser paga com recursos do adiantamento do Conselho, o que foi acatado por todos e
121 aprovado por unanimidade. Lincoln coloca também sobre a Conferência Regional realizada em
122 Itaipaci, com cerca de 250 participantes e 30 cidades da região que fizeram Conferência
123 Municipal. Avalia a Conferência de razoável para boa. Teve alguns desentendimentos com a
124 cidade de Campinas o que gerou uma moção para tirar Campinas da Conferência Macro
125 Regional uma vez que é um município muito avançado em relação aos demais. A demais
126 cidades têm dificuldades para discutir a Política de Atendimento. A delegação de Campinas foi
127 composta por 19 pessoas, entre elas 05 adolescentes. Para a Conferência Estadual, que será
128 realizada em 27, 28, 29 de setembro na cidade de Santos, irão 17 delegados de Campinas, entre
129 eles 01 adolescente. Os demais detalhes serão informados através do relatório que a comissão
130 está preparando e será enviado ao CMDCA. Cita um déficit da Conferência Regional de
131 R\$1.798,00, pois não houve recursos do CONDECA e os representantes de Campinas tiveram
132 que arcar com recursos próprios, porém a Comissão está buscando saldar o déficit citado. O
133 CONDECA está verificando a possibilidade de conseguir recursos. Adianta que o CONDECA
134 irá pagar o Palestrante. Solicita do CMDCA o valor de R\$378,00 para suprir despesas com
135 material gráfico (cartilhas que o CMDCA de Campinas se prontificou a levar e como eram
136 esperadas 400 pessoas e só compareceram 250 sobrou material). Considerando o valor de
137 R\$110,00, déficit anterior já citado, totaliza o valor de R\$488,00. O Presidente Jairo coloca a
138 possibilidade de se atender com o adiantamento, o que é acatado e aprovado por unanimidade
139 sendo proclamado o seguinte resultado: **07 votos favoráveis:** Jairo, Lilia, Marici, Marcio,
140 Janete, Nildes e Lincoln (não estavam presentes na hora da votação Maria Moura e Neiva. Com
141 referência a Conferência Estadual, já citada acima os custos estimados giram em torno de R\$
142 **5.840,00** com hospedagem e refeição dos representantes de Campinas. O COMEC será a
143 Entidade apoiadora e está preparando o plano de aplicação para liberação dos recursos do
144 FMDCA. Assunto discutido, e aprovado recursos na ordem de **R\$ 6.000,00**, sendo proclamado
145 o seguinte resultado: **09 votos favoráveis** - Lilia, Lincoln, Janete, Marici, Neiva, Nildes, Jairo,
146 Maria Moura e Márcio. Comentou-se ainda sobre a Conferência Lúdica que será nos dias 10, 11,
147 e 12/09/2007 em São Paulo com todas as despesas pagas pelo CONDECA. A SMCTAIS
148 fornecerá o transporte de ida e de volta dos adolescentes. **12º PONTO DE PAUTA -**
149 **Resolução 08/2003 do CMDCA - Campanha do IR 2007 - Reunião Ampliada dia**
150 **11/09/2007:** o colegiado aprovou a formação de um grupo de trabalho para preparar a reunião
151 do dia 11/09/2007 e apreciar a minuta da resolução que será elaborada pelo conselheiro Márcio
152 e Assessora Jurídica da SMCTAIS Dra. Janaína. **13º PONTO DE PAUTA - Justiça**
153 **Restaurativa:** o conselheiro Lincoln traz para o colegiado o andamento dos trabalhos do Grupo,
154 que trabalham em conjunto com a Comissão de Medidas Sócio Educativas. Informa que grupo
155 vem trabalhando para implementar o projeto dentro da cidade. O projeto precisa de recursos
156 para as 2 etapas previstas, sendo a 1ª etapa a formação de voluntários para as escolas - projeto
157 piloto e a 2ª etapa é o desenvolvimento do projeto propriamente dito. A 1ª etapa seria subsidiada
158 pelo CMDCA no valor de aproximadamente R\$17.000,00. Informa ainda que Dr. Richard trará
159 recursos da SSP/SP para implementar o projeto (R\$290.000,0 a R\$ 380.000,00). A minuta do

160 projeto está em fase final de redação e só não foi socializada, porém acredita-se que até o final
161 de setembro isso ocorra. Cinco escolas devem ser escolhidas para o projeto piloto. A conselheira
162 Neiva, representante da SME cita o Programa Compromisso de Campinas pela Educação e
163 informa que também já foram escolhidas 5 escolas, consideradas prioritárias, e se coloca à
164 disposição para colaborar e convida o Conselheiro Lincoln para participar das reuniões que já
165 vem ocorrendo sobre o Programa citado, o qual acata o convite, mas antes irá consultar o grupo.
166 **13º PONTO DE PAUTA - MSE de PSC Resgate:** o Conselheiro Lincoln coloca o parecer da
167 Comissão de Medidas Sócio Educativas a respeito da intenção da SMCTAIS em parceirizar a
168 MSE DE PSC. Em 11/07/07 o CMAS convidou a comissão de MSE para participar de discussão
169 sobre o assunto. Neste dia foi informado pela Diretora do DOAS, Sra. Edith, que a intenção da
170 parceirização continuava e apresentou o COMEC como agente executor em potencial. Em
171 15/07/07 a CMSE se reuniu e discutiu o assunto e emitiu parecer que foi encaminhado para a
172 SMCTAIS. Dia 17/09/2007, haverá outra reunião no CMAS/SMCTAIS e a CMSE do CMDCA.
173 A conselheira Nildes, também conselheira do CMAS, alerta sobre a alteração do PPAS/2005-
174 2009, pois está diretamente relacionada ao Resgate. Os demais pontos de pauta foram
175 transferidos para a próxima reunião do colegiado, em função do adiantado da hora e saída de
176 maior parte dos Conselheiros. Não tendo mais nada a tratar o Presidente encerra a reunião às
177 18:30 horas. Esta ata foi redigida por Lilia Maria Camargo Abdo e Maria Aparecida Mansur
178 Simões de Lima, 1ª e 2ª secretárias, respectivamente, contendo 178 linhas e 04 laudas.